

MINUPAR PARTICIPAÇÕES S/A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 e 2011
(em milhares de reais)

NOTA 01 - CONTEXTO OPERACIONAL

A Minupar Participações S/A. “Companhia” tem por objeto principal a participação no capital de outras sociedades.

As controladas diretas Sulaves S/A. e Valepar S/A. também possuem como objeto social a participação no capital de outras sociedades, tendo como controlada direta a Companhia Minuano de Alimentos.

A controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos (Minuano) tem como as suas principais atividades: integração avícola; abate de aves e processamento de carne de frango; produção de produtos industrializados a base de carnes e produção de rações também atuando na prestação de serviços para terceiros nas linhas de abate, desossa e industrialização de carnes de aves. A comercialização dos produtos ocorre principalmente nos estados da região sul do Brasil além de exportar para países localizados no Oriente Médio, Europa, Ásia, África e América do Sul e Central.

NOTA 02 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas do exercício de 31 de dezembro de 2012 foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com atendimento integral da Lei nº 11.638/07 e pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

O Conselho de Administração autorizou a conclusão das Demonstrações Contábeis findas em 31 de dezembro de 2012, em 18 de março de 2013.

NOTA 03 - RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

3.1 Declaração de Conformidade

3.1.1 Demonstrações Contábeis Consolidadas

As Demonstrações Contábeis consolidadas da Companhia estão sendo apresentadas de acordo com os padrões internacionais de Demonstrações Contábeis (*International Financial Reporting Standards* (IFRS)), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). Estas Demonstrações Contábeis foram elaboradas com base nos pronunciamentos plenamente convergentes com as normas internacionais de contabilidade, emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

3.1.2 Demonstrações Contábeis Individuais

As Demonstrações Contábeis individuais da Companhia também foram elaboradas com base nas normas internacionais de contabilidade, exceto com relação a avaliação dos investimentos em controladas e coligadas pelo método de equivalência patrimonial, e conforme as IFRS seria custo ou valor justo. As Demonstrações Contábeis da Controladora estão sendo publicadas em conjunto com as Demonstrações Contábeis consolidadas.

3.2 Consolidação

As Demonstrações Contábeis consolidadas compreendem as Demonstrações Contábeis da Minupar Participações S/A., e suas controladas diretas Sulaves S/A, e Valepar S/A, e de sua controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos. Os saldos de ativos e passivos e os valores das transações comerciais foram eliminados no processo de consolidação.

3.2.1 Demonstrações Contábeis Consolidadas

A Companhia efetua a consolidação de suas Demonstrações Contábeis de acordo com as atuais práticas contábeis adotadas no Brasil, e em conformidade com os pronunciamentos técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Não há diferença entre o Patrimônio Líquido consolidado e o resultado consolidado atribuível aos acionistas da controladora, constantes nas Demonstrações Contábeis consolidadas preparadas de acordo com as IFRS's e as práticas contábeis adotadas no Brasil, o Patrimônio Líquido e o resultado da Controladora, constantes nas Demonstrações Contábeis individuais preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, desta forma a Companhia optou por apresentar essas Demonstrações Contábeis individuais e consolidadas em um único conjunto, lado a lado.

3.2.2 Demonstrações Contábeis Individuais

No balanço patrimonial individual, as participações em controladas são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial. De acordo com esse método, o investimento é inicialmente reconhecido pelo custo e posteriormente ajustado pelo reconhecimento da participação atribuída à Companhia nas alterações dos ativos líquidos da investida. Ajustes no valor contábil do investimento também são necessários pelo reconhecimento da participação proporcional da Companhia nas variações de saldo dos componentes dos ajustes de avaliação patrimonial da investida, reconhecidos diretamente em seu Patrimônio Líquido. Tais variações são reconhecidas de forma reflexa, ou seja, em ajuste de avaliação patrimonial diretamente no Patrimônio Líquido.

3.3 Estimativas Contábeis

A elaboração de Demonstrações Contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. As Demonstrações Contábeis da Companhia e de suas controladas incluem certas estimativas referentes às provisões de natureza trabalhista, provisão para contingências, provisão para devedores duvidosos, provisões operacionais e outras avaliações similares. Os resultados das transações podem apresentar variações em relação às estimativas quando de sua realização no futuro, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia e suas controladas revisam as estimativas e premissas periodicamente, ajustando-as, quando aplicável.

3.4 Moeda Funcional e de Apresentação das Demonstrações Contábeis

A Administração da Companhia e de suas controladas definiu que sua moeda funcional é o Real. Transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas não realizadas na moeda funcional, são convertidas pela taxa de câmbio das datas de cada transação. Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data do fechamento. Os ganhos e perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e passivos monetários são reconhecidos nas demonstrações de resultados.

3.5 Caixa e Equivalentes de Caixa

O caixa e equivalentes de caixa estão compostos pelos numerários em fundo fixo de caixa, mantidos pela Companhia e suas controladas, bem como pelos depósitos em conta corrente.

3.6 Clientes

As contas a receber são mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão para perdas no recebimento de créditos. Em 31 de dezembro de 2012, os saldos das Contas a Receber de Clientes referem-se a vendas nos mercados interno e externo.

3.7 Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo médio de aquisição ou fabricação, líquidos dos impostos recuperados, e não superam os preços de mercado ou custo de reposição. O valor líquido realizável é estimado com base no preço de venda dos produtos em condições normais de mercado, menos as despesas variáveis de vendas.

3.8 Impostos a Recuperar

Os impostos a recuperar são demonstrados com base nos créditos oriundos de operações de entradas e saídas de mercadorias, decorrentes da não cumulatividade destes e também por retenções na fonte.

3.9 Demais Ativos Circulantes e Não Circulantes

Os demais ativos são apresentados pelo valor de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas.

3.10 Investimentos

Os investimentos em controladas são avaliados por equivalência patrimonial na controladora. Os demais investimentos são avaliados pelo seu valor justo.

3.11 Ativos Biológicos

De acordo com a Deliberação CVM nº596/2009, os ativos biológicos são mensurados ao valor justo menos as despesas de venda no momento do reconhecimento inicial e no final de cada período de competência, exceto para os casos em que o valor justo não possa ser mensurado de forma confiável.

3.12 Imobilizado

De acordo com a Deliberação CVM nº 583/2009, a Companhia e suas controladas, estabeleceram adotar o critério do custo atribuído de aquisição ou construção para tratamento contábil de seus ativos imobilizados. A Companhia e as suas controladas realizam periodicamente a análise de seus valores recuperáveis, ajustando os critérios que determinam a vida útil estimada e o respectivo cálculo de depreciação sendo eventuais efeitos de quaisquer mudanças nas estimativas contabilizadas prospectivamente.

3.13 Intangível

Os valores relativos a marcas e patentes e softwares foram classificados como ativos intangíveis, conforme Deliberação CVM nº 644/2010.

3.14 Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis

No fim de cada exercício a Companhia e suas controladas, revisam o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o possível montante dessa perda. Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

3.15 Empréstimos e Financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos da transação incorridos e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de resgate é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em andamento, utilizando o método da taxa de juros efetiva.

3.16 Estimativas dos Ativos e Passivos Contingentes

Em atendimento às práticas contábeis adotadas no Brasil a Administração da Companhia e de suas controladas, mediante julgamento efetuado em conjunto com os assessores jurídicos, procederam à mensuração e, conforme o caso, a respectiva escrituração de ativos e passivos considerados contingentes que possam afetar significativamente as Demonstrações Contábeis. Entretanto, a liquidação dos eventos provisionados poderá ocorrer por valor diferente do estimado, fato inerente a este tipo de registro.

3.17 Ajuste a Valor Presente dos Ativos e Passivos

Quando aplicável, os ativos e passivos de longo prazo são ajustados ao seu valor presente e os de curto prazo, quando seu efeito é considerado relevante em relação ao conjunto das Demonstrações Contábeis. A Companhia e suas controladas efetuaram os cálculos levando em consideração os fluxos de caixa específicos de cada ativo, ou passivo, em consonância com Deliberação CVM nº 564/2008.

3.18 Imposto de Renda e Contribuição Social Corrente e Diferido

O encargo de imposto de renda e contribuição social é calculado com base nas alíquotas vigentes. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no encerramento de cada exercício, entre os saldos de ativos e passivos das Demonstrações Contábeis e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável e também sobre os saldos de prejuízos fiscais e base negativa, os quais são reconhecidos quando for provável que a Companhia e suas controladas apresentarão lucros tributáveis futuros em montante suficiente para que tais tributos possam ser utilizados, sendo que quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir sua recuperação, seus valores são ajustados pelo montante esperado de recuperação.

3.19 Reconhecimento das Receitas de Vendas e de Serviços - Consolidado

A receita é reconhecida:

- (a) quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança;
- (b) é provável que benefícios econômicos futuros fluam para a entidade; e
- (c) quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia e de suas controladas.

Reconciliação da Receita Bruta para com a Receita Líquida consolidada:

| | 31/12/2012 | | | 31/12/2011 | | |
|---|-----------------|----------------|----------------|-----------------|---------------|----------------|
| | Mercado Interno | Exportação | Total | Mercado Interno | Exportação | Total |
| Receita bruta de produtos e serviços | 177.570 | 155.177 | 332.747 | 104.090 | 91.350 | 195.440 |
| (-) Impostos | (16.701) | - | (16.701) | (13.288) | - | (13.288) |
| (-) Devoluções | (12.840) | (2.575) | (15.415) | (295) | (5) | (300) |
| Receita líquida de produtos e serviços | 148.029 | 152.602 | 300.631 | 90.507 | 91.345 | 181.852 |

3.20 Apuração do Resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil da competência dos exercícios, tanto para o reconhecimento de receitas quanto de despesas.

3.21 Julgamento e Uso de Estimativas Contábeis

As políticas contábeis que requerem um maior grau de julgamento e uso de estimativas na preparação das Demonstrações Contábeis pela Administração são: (a) os créditos de liquidação duvidosa, inicialmente provisionada e posteriormente lançada para perda quando esgotadas as possibilidades de recuperação; (b) vida útil, “*Impairment*” e valor residual dos ativos imobilizados e intangíveis; (c) passivos contingentes que são provisionados de acordo com a expectativa de perda.

3.22 Demonstração do Valor Adicionado – DVA

A Companhia elaborou as Demonstrações do Valor Adicionado (DVA) individuais e consolidadas com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das Demonstrações Contábeis e seguindo as disposições contidas no CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, aprovado pela Deliberação CVM nº 557/2008 da Comissão de Valores Mobiliários, as quais são apresentadas como parte integrante das Demonstrações Contábeis conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicável às Companhias abertas, no caso a Minupar, enquanto para as IFRS’s representam informação contábil adicional.

NOTA 04. NOVOS PRONUNCIAMENTOS, INTERPRETAÇÕES E ALTERAÇÕES DAS IFRS

As seguintes normas, alterações e interpretações de normas foram emitidas pelo IASB, mas não estão em vigor para o exercício de 2012. A seguir apresentam-se as que serão efetivas a partir do exercício social iniciado em 1º de janeiro de 2013:

- **IAS 1 Apresentação das Demonstrações Contábeis** – Apresentação de Itens de Outros Resultados Abrangentes (revisado em 2011) – A alteração desta norma aborda aspectos relacionados à divulgação de itens de outros resultados abrangentes e cria a necessidade de separar os itens que não serão reclassificados futuramente para o resultado e itens que podem ser reclassificados futuramente para o resultado. A Companhia não espera que esta alteração cause impacto em suas Demonstrações Contábeis.
- **IAS 19 Benefícios aos Empregados (revisado em 2011)** – A alteração desta norma aborda aspectos relacionados à contabilização e divulgação de benefícios a empregados. A Companhia não espera que esta alteração cause impacto em suas Demonstrações Contábeis, visto que a Companhia não possui benefícios pós-emprego.
- **IAS 27 Demonstrações Contábeis Separadas (revisado em 2011)** - Como consequência dos recentes IFRS 10 e IFRS 12, o que permanece no IAS 27 restringe-se à contabilização de subsidiárias, entidades de controle conjunto e associadas em Demonstrações Contábeis em separado. A Companhia não espera que esta alteração cause impacto em suas Demonstrações Contábeis, visto que não divulga Demonstrações Contábeis separadas.
- **IAS 28 Contabilização de Investimentos em Associadas e Joint Ventures (revisado em 2011)** - Como consequência dos recentes IFRS 11 e IFRS 12, o IAS 28 passam a ser IAS 28 Investimentos em Associadas e Joint Ventures, e descreve a aplicação do método de equivalência patrimonial para investimentos em joint ventures, além do investimento em associadas. A Administração não espera impactos às Demonstrações Contábeis tomadas em seu conjunto, uma vez que não possui investimento compartilhado.
- **IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Divulgações** - Compensação de Ativos e Passivos Financeiros – Esta norma alterou as divulgações exigidas para incluir informações de acordos de compensação de ativos e passivos financeiros. A Companhia não espera que esta alteração cause impacto em suas Demonstrações Contábeis.
- **IFRS 10, 11 e 12 Orientações durante a Transição** – A alteração desta norma traz exceções adicionais durante a transição aos IFRS 10, 11 e 12, limitando a exigência de informações comparativas apenas para período comparativo precedente. No caso de entidades estruturadas não consolidadas, elimina a obrigação de apresentar informações comparativas de períodos anteriores à adoção inicial do IFRS 12.

• **IFRS 10 Demonstrações Contábeis Consolidadas** - Introduz uma nova definição de controle, que é usada para determinar quais as entidades que são consolidadas e descreve os procedimentos de consolidação. Esta norma não altera a forma de consolidação, mas introduz uma nova definição de controle e, conseqüentemente, quais investimentos devem ser consolidados dependendo de novos critérios de avaliação (por exemplo: controle sobre a atividade relevante). Com base nas avaliações preliminares a Administração não espera impactos relevantes.

• **IFRS 11 Investimentos compartilhados (“joint arrangements”)** - Descreve a contabilização de investimentos com controle comum; a consolidação proporcional não é permitida para empreendimentos compartilhados (“joint ventures”). Atualmente as IFRS permitem a consolidação proporcional - linha a linha - de “joint ventures” ou seu registro pelo método de equivalência patrimonial. A consolidação proporcional não será mais permitida com a adoção do IFRS 11. A Administração não espera impactos às Demonstrações Contábeis tomadas em seu conjunto, uma vez que não possui investimento compartilhado.

• **IFRS 12 Divulgações de investimentos em outras entidades** - Introduz novos requisitos de divulgação relativos a investimentos em subsidiárias, joint-ventures, associadas e “entidades estruturadas”. Esta norma não impactará o registro ou mensuração dos investimentos, mas a Companhia espera que algumas divulgações adicionais possam ser necessárias a fim de satisfazer plenamente os requerimentos de divulgação desta norma.

• **IFRS 13 Mensuração do valor justo** - Fornece novas orientações sobre como mensurar o valor justo. Esse normativo não altera os atuais requerimentos de mensuração a valor justo presentes nas IFRS, mas introduzem novos requerimentos de divulgação, orientações na forma de mensurar os ativos e passivos a valor justo quando permitidos ou requeridos pelas atuais IFRS. A Administração irá avaliar o impacto desta nova IFRS em suas políticas e procedimentos de mensuração e divulgação de valor justo.

• **IAS 32 – Instrumentos Financeiros: Divulgações** – Compensações de Ativos e Passivos – Traz esclarecimentos adicionais à orientação de aplicação contida no IAS 32, sobre as exigências para compensar ativos financeiros e passivos financeiros no balanço patrimonial. A Companhia não espera que esta alteração cause impacto em suas Demonstrações Contábeis.

• **IFRS 9 Instrumentos Financeiros** – A IFRS 9 Instrumentos Financeiros encerra a primeira parte do projeto de substituição da “IAS 39 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração”. A IFRS 9 utiliza uma abordagem simples para determinar se um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado ou valor justo. A nova abordagem baseia-se na maneira pela qual uma entidade administra seus instrumentos financeiros (seu modelo de negócios) e o fluxo de caixa contratual característico dos ativos financeiros. A norma exige ainda a adoção de apenas um método para determinação de perdas no valor recuperável de ativos. A Companhia não espera que esta alteração cause impacto em suas Demonstrações Contábeis.

Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio divulgado pela Companhia.

NOTA 05- CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

a) Controladora

| | 31/12/2012 | 31/12/2011 |
|-------------------------|------------|------------|
| Caixa | - | - |
| Bancos - conta corrente | 2 | 1 |
| Total | 2 | 1 |

b) Consolidado

| | 31/12/2012 | 31/12/2011 |
|-------------------------|------------|------------|
| Caixa | 5 | 6 |
| Bancos - conta corrente | 340 | 547 |
| Total | 345 | 553 |

NOTA 06 - CLIENTES – CONSOLIDADO

| | 31/12/2012 | 31/12/2011 |
|---|---------------|---------------|
| Mercado interno | 12.884 | 10.178 |
| Mercado externo | 25.696 | 11.943 |
| (-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa | (1.847) | (774) |
| Subtotal | 36.733 | 21.347 |
| (-) Saques negociados | - | (2.102) |
| (-) Faturamentos antecipados | (4.106) | (2.507) |
| (-) Adiantamentos de clientes | (6.343) | (4.451) |
| (-) Títulos descontados | (1.261) | (690) |
| Clientes a receber, líquido. | 25.023 | 11.597 |

A Companhia e suas controladas têm como procedimento analisar seus títulos vencidos mensalmente, adotando critérios de provisionamento compatíveis com as práticas contábeis e em consonância com as regras fiscais. Os saldos de Saques Negociados, Faturamento Antecipado e títulos descontados foram reclassificados para o Passivo Circulante em atendimento às normas internacionais de contabilidade.

NOTA 07- ESTOQUES - CONSOLIDADO

| | 31/12/2012 | 31/12/2011 |
|--------------------------------------|---------------|---------------|
| Produtos prontos | 3.470 | 4.426 |
| Produtos em elaboração | 3.345 | 7.208 |
| Matérias Primas | 798 | 2.289 |
| Materiais de embalagem | 1.463 | 1.608 |
| Materiais de manutenção | 1.091 | 1.065 |
| Subtotal | 10.167 | 16.596 |
| Custo de entrega - CPC 30 - Receitas | 4.714 | 2.138 |
| Total | 14.881 | 18.734 |

A Companhia e suas controladas, continuamente realizam análise de rotatividade dos produtos que integram os seus estoques, através da qual constatou não ser necessária a constituição de provisão para perdas por Obsolescência.

Através da adoção da Deliberação CVM nº 597/2009, a controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos postergou o reconhecimento de receitas para o momento em que os requisitos da referida deliberação sejam atendidos. Em consequência disto, fora reconhecido em estoque nos períodos encerrados em 31/12/2012 e 31/12/2011 o custo vinculado a estas receitas, os quais serão reconhecidos no resultado na proporção do reconhecimento das respectivas receitas.

NOTA 08 - IMPOSTOS A RECUPERAR- CONSOLIDADO

| Circulante | 31/12/2012 | 31/12/2011 |
|-----------------------------------|-------------------|-------------------|
| IRRF a recuperar | - | 5 |
| IRPJ a recuperar | 565 | 1.809 |
| CSLL a recuperar | 203 | 673 |
| PIS e COFINS a recuperar | 1.837 | 1.265 |
| ICMS a recuperar | 7.469 | 7.384 |
| ICMS a recuperar - Imobilizado | 1.191 | 2.693 |
| Crédito de Exportação (Reintegra) | 80 | - |
| Total | 11.345 | 13.829 |

| Não Circulante | Ref. | 31/12/2012 | 31/12/2011 |
|---------------------------------------|-------------|-------------------|-------------------|
| IRPJ s/Prejuízos Fiscais a Recuperar | b) | 27.214 | 16.117 |
| CSLL s/ Prejuízos Fiscais a Recuperar | b) | 9.954 | 5.959 |
| PIS e COFINS a recuperar | | 107 | 325 |
| ICMS a Recuperar - Imobilizado | | 406 | - |
| Crédito Prêmio IPI s/ Exportações | a) | 12.561 | 11.978 |
| Total | | 50.242 | 34.379 |

a) Crédito Prêmio IPI

Refere-se ao crédito sobre exportações resultante dos registros das competências, outubro de 1982 a outubro de 1990, deduzido das compensações formalizadas até 31 de dezembro de 2011, cujo detalhamento está na Nota Explicativa nº 20.

b) Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferido

Conforme determina a Deliberação 599/2009 da CVM, a controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos, reconheceu créditos tributários de imposto de renda e de contribuição social diferidos, calculados sobre os prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social, provisões temporariamente não dedutíveis e valores temporariamente não tributáveis.

Movimentação dos tributos diferidos oriundos do saldo de prejuízo fiscal e base negativa:

| | Prejuízo Fiscal | Base Negativa de CSLL | IRPJ Diferido | CSLL Diferido |
|--------------------------------|-----------------|-----------------------|---------------|---------------|
| Saldo em 31/12/2011 | 59.284 | 61.027 | 14.821 | 5.492 |
| (+) Adições - Resultado do Ano | 41.345 | 41.345 | 10.336 | 3.721 |
| Saldo em 31/12/2012 | 100.629 | 102.372 | 25.157 | 9.213 |

Movimentação dos tributos diferidos sobre diferenças temporárias:

| | Provisão para Contingências | IRPJ Diferido | CSLL Diferido |
|----------------------------|-----------------------------|---------------|---------------|
| Saldo em 31/12/2011 | 5.185 | 1.296 | 467 |
| Constituição de Provisões | 3.041 | 761 | 273 |
| Saldo em 31/12/2012 | 8.226 | 2.057 | 740 |

Resumo geral dos tributos diferidos:

| | 31/12/2012 | 31/12/2011 |
|-----------------------------------|---------------|---------------|
| IRPJ sobre prejuízos fiscais | 25.157 | 14.821 |
| IRPJ sobre diferenças temporárias | 2.057 | 1.296 |
| Total (1) | 27.214 | 16.117 |
| CSLL sobre prejuízos fiscais | 9.213 | 5.492 |
| CSLL sobre diferenças temporárias | 740 | 467 |
| Total (2) | 9.953 | 5.959 |
| Total Geral | 37.167 | 22.076 |

NOTA 09 - INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS

Em 31/12/2012 a Companhia é controladora das seguintes Companhias:

| Descrição | Valepar S/A | Sulaves S/A | Total |
|---|--------------|--------------|------------------|
| % participação direta | 99,985654% | 99,998682% | |
| Saldo do investimento em 31/12/2011 | 6.389 | 1.477 | 7.866 |
| +/- Equivalência Patrimonial | (167.059) | (60.695) | (227.754) |
| + Provisão para Perdas | 138.873 | 50.196 | 189.069 |
| + Aumento Capital Social | 20.718 | 15.472 | 36.190 |
| +/- Variação Reflexa sobre variações patrimoniais | 1.079 | (6.450) | (5.371) |
| Saldo do investimento em 31/12/2012 | - | - | - |

* Se refere a oscilações no percentual de participação acionária sobre os saldos patrimoniais de Companhias controladas durante o ano de 2012.

NOTA 10 - ATIVOS BIOLÓGICOS- CONSOLIDADO

De acordo com a Deliberação CVM nº596/2009, os ativos biológicos devem ser mensurados ao valor justo menos as despesas de venda no momento do reconhecimento inicial e no final de cada período de competência, exceto para os casos em que o valor justo não possa ser mensurado de forma confiável.

A controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos, não valorizou seus ativos biológicos a valor de mercado em virtude de que este não está disponível e as alternativas para estimá-los não são, claramente, confiáveis. Em tal situação, conforme a Deliberação CVM nº 596/2009, o ativo biológico deve ser mensurado ao custo, menos qualquer depreciação e perda por irrecuperabilidade acumuladas.

Durante o ano de 2012, a controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos encerrou a sua atividade de ovos comerciais, arrendando a unidade. O saldo apresentado abaixo reflete o saldo residual realizado no ano de 2012.

| | | 31/12/2012 | | | 31/12/2011 |
|--------------|-------------------------|------------|--------------|----------|------------|
| | Taxa Depreciação % a.a. | Custo | Depreciação | Líquido | Líquido |
| Aves postura | 87,00% | 491 | (491) | - | 197 |
| Total | | 491 | (491) | - | 197 |

NOTA 11- IMOBILIZADO E INTANGÍVEL - CONSOLIDADO

A controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos, possuía em 31 de dezembro de 2012 os seguintes saldos de imobilizado e intangível distribuídos da seguinte forma:

| | Taxa Depreciação % a.a. | 31/12/2012 | | | 31/12/2011 |
|-----------------------------|-------------------------|----------------|-----------------|----------------|----------------|
| | | Custo | Depreciação | Líquido | Líquido |
| Computadores e periféricos | 33,33% | 2.561 | (2.047) | 514 | 459 |
| Maquinas e equipamentos | 5,00% - 6,67% | 89.338 | (46.563) | 42.775 | 44.726 |
| Moveis e utensílios | 8,33% | 8.932 | (4.242) | 4.690 | 3.893 |
| Veículos | 20,00% | 1.539 | (1.156) | 383 | 473 |
| Terrenos | 0,00% | 21.656 | - | 21.656 | 21.656 |
| Prédios | 2,50% | 86.230 | (26.984) | 59.246 | 61.280 |
| Imobilizações em andamento | - | 544 | - | 544 | 43 |
| Outros | 0,00% | 13 | (7) | 6 | 6 |
| Subtotal imobilizado | | 210.813 | (80.999) | 129.814 | 132.536 |
| Intangível | | 289 | (108) | 181 | 195 |
| Total | | 211.102 | (81.107) | 129.995 | 132.731 |

A movimentação do imobilizado apresenta-se da seguinte forma:

a) Custo

| | Saldo em 31/12/2011 | Adições | Baixas | Transferências | Saldo em 31/12/2012 |
|-----------------------------|------------------------|--------------|----------|----------------|------------------------|
| Computadores e periféricos | 2.461 | 100 | - | - | 2.561 |
| Maquinas e equipamentos | 87.232 | 2.106 | - | - | 89.338 |
| Moveis e utensílios | 8.080 | 852 | - | - | 8.932 |
| Veículos | 1.539 | - | - | - | 1.539 |
| Terrenos | 21.656 | - | - | - | 21.656 |
| Prédios | 86.230 | - | - | - | 86.230 |
| Imobilizações em andamento | 43 | 501 | - | - | 544 |
| Outros | 13 | - | - | - | 13 |
| Subtotal imobilizado | 207.254 | 3.559 | - | - | 210.813 |
| Intangível | 289 | - | - | - | 289 |
| Total | 207.543 | 3.559 | - | - | 211.102 |

Não foram identificadas perdas por redução ao valor de recuperação (*impairment*) em 31 de dezembro de 2012.

b) Depreciação

| | Saldo em 31/12/2011 | Adições | Baixas | Transferências | Saldo em 31/12/2012 |
|-----------------------------|------------------------|----------------|----------|----------------|------------------------|
| Computadores e periféricos | (2.002) | (45) | - | - | (2.047) |
| Maquinas e equipamentos | (42.506) | (4.057) | - | - | (46.563) |
| Moveis e utensílios | (4.187) | (55) | - | - | (4.242) |
| Veículos | (1.066) | (90) | - | - | (1.156) |
| Terrenos | - | - | - | - | - |
| Prédios | (24.950) | (2.034) | - | - | (26.984) |
| Imobilizações em andamento | - | - | - | - | - |
| Outros | (7) | - | - | - | (7) |
| Subtotal imobilizado | (74.718) | (6.281) | - | - | (80.999) |
| Intangível | (94) | (14) | - | - | (108) |
| Total | (74.812) | (6.295) | - | - | (81.107) |

A depreciação do ativo imobilizado foi distribuída nas seguintes contas:

| | 31/12/2012 | 31/12/2011 |
|--|--------------|--------------|
| Custo dos produtos e serviços vendidos | 6.104 | 5.047 |
| Despesas administrativas | 177 | 140 |
| Despesas com vendas | 14 | 11 |
| Total | 6.295 | 5.198 |

Em 31/12/2012, há um total de R\$ 206, relativo a bens adquiridos através de leasing financeiro, conforme apresentamos a seguir:

| Grupo | Bem | Prazo | Valor |
|----------|---------------------|----------|-------|
| Veículos | Veículos de Passeio | 36 meses | 206 |

NOTA 12 - INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS- CONSOLIDADO

| | | | | 31/12/2012 | |
|--------------------------|--------|-----------------|------------|---------------|----------------|
| Descrição | Refer. | Encargos | Vencimento | Circulante | Não Circulante |
| Banrisul S/A - ACC | | USD + 6% a.a. | abr/13 | 4.107 | - |
| Banrisul S/A - ACE | | USD + 6% a.a. | abr/13 | 760 | |
| Banco Daycoval S/A - ACC | | USD + 7% a.a. | jun/13 | 676 | |
| Banco Sofisa S/A - ACC | | USD + 6,5% a.a. | mar/13 | 925 | |
| Banrisul S/A - CCI | a) | CDI+6,17%a.a. | dez/13 | 3.243 | - |
| Banco Topazio S/A - Giro | d) | CDI+2,15%a.m. | set/13 | 904 | - |
| Banco Sofisa S/A - ACE | | USD + 6% a.a. | abr/13 | 1.166 | - |
| Acordos Bancários | c) | TR + 0,7%a.m. | mar/21 | 492 | 4.427 |
| Arrendamento Mercantil | | - | jul/13 | 77 | 26 |
| Banrisul - Consórcio | | - | - | 15 | 31 |
| Badesul S/A - Reaver | f) | TJLP+6,5% a.a. | mai/05 | 1.656 | 5.217 |
| Limites de Crédito | | - | - | 1.254 | - |
| Totais | | | | 15.275 | 9.701 |

| | | | | 31/12/2011 | |
|--------------------------|--------|----------------|------------|---------------|----------------|
| Descrição | Refer. | Encargos | Vencimento | Circulante | Não Circulante |
| Banrisul S/A - ACC | | USD + 6% a.a. | mar/12 | 4.182 | - |
| Banrisul S/A - CCI | a) | CDI+6,17%a.a. | dez/12 | 2.747 | - |
| Banco Topazio S/A - Giro | a) | CDI+2,15%a.m. | out/12 | 1.856 | - |
| Bicbanco S/A - Giro | a) | CDI+1,30%a.m. | ago/12 | 2.358 | - |
| Banco Sofisa S/A - Giro | b) | CDI+1,1% a.m. | dez/12 | 2.317 | 1.051 |
| Acordos Bancários | d) | TR + 0,7%a.m. | mar/21 | 565 | 5.082 |
| Arrendamento Mercantil | | - | jul/13 | 70 | 147 |
| Banrisul - Consórcio | | - | - | 32 | - |
| Badesul S/A - Reaver | c) | TJLP+6,5% a.a. | mai/05 | 10.067 | - |
| Limites de Crédito | | - | - | 2.523 | - |
| Totais | | | | 26.717 | 6.280 |

Legenda:

- a) Operação com garantia de duplicatas e aval de sócios dirigentes;
- b) Operação com garantia de duplicatas e imóvel particular de sócios dirigentes;
- c) A operação Reaver (Caixa/RS) encontra-se vencida e sobre ela incide juros de 6,5% ao ano mais a variação da TJLP e multas por inadimplência. A mesma está garantida por garantias reais (hipoteca de imóveis) e avais dos administradores. A Companhia vem envidando esforços para a repactuação do saldo devedor.
- d) Acordo bancário realizado em 25 de março de 2011 com o Banco do Brasil S/A referente aos processos judiciais nº 017/1.03.008.229-8 e 017/1.04.0002.561-0. O acordo firmado trouxe uma redução no passivo repactuado na ordem de R\$ 4.581 mil, ficando o saldo devedor restante renegociado para pagamento até o ano de 2021.

NOTA 13- FORNECEDORES - CONSOLIDADO

| | 31/12/2012 | 31/12/2011 |
|--------------------------|---------------|---------------|
| Fornecedores Nacionais | 33.127 | 26.977 |
| (-) AVP - Fornecedores | (246) | (70) |
| Total | 32.881 | 26.907 |

Os saldos de fornecedores foram trazidos a valor presente pela controlada Companhia Minuano de Alimentos, conforme determina a Deliberação CVM nº 564/2008, através do arbitramento de uma taxa média de 1,92% ao mês para o ano de 2012 e de 1,37% para o ano de 2011.

NOTA 14 - FORNECEDORES DE ATIVO FIXO - CONSOLIDADO

Os fornecedores de ativo fixo referem-se a recursos contratados com terceiros para investimentos em ativos com as seguintes características e condições:

| Encargos | 31/12/2012 | 31/12/2011 |
|--------------|--------------|--------------|
| CDI | 1.968 | 1.817 |
| CDI +6,0%aa | - | 4.514 |
| Total | 1.968 | 6.331 |

NOTA 15 - SALÁRIOS A PAGAR E PROVISÕES

a) Controladora

| | 31/12/2012 | 31/12/2011 |
|----------------------------|------------|------------|
| Provisão de férias/13º Sal | - | - |
| Pró-labore a pagar | 94 | 161 |
| Rescisões a pagar | - | - |
| Outras obrigações a pagar | 8 | 8 |
| Total | 102 | 169 |

b) Consolidado

| | 31/12/2012 | 31/12/2011 |
|-------------------------------|--------------|--------------|
| Provisão de férias/13º Sal | 5.808 | 5.578 |
| Salários / Pró-labore a pagar | 1.584 | 1.639 |
| Recisões a pagar | 11 | 12 |
| Outras obrigações a pagar | 1.091 | 476 |
| Total | 8.494 | 7.705 |

NOTA 16 - IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES

a) Circulante – Controladora

| | 31/12/2012 | 31/12/2011 |
|---------------------------------|------------|------------|
| Impostos retidos sobre serviços | 150 | 96 |
| IRRF a recolher | 400 | 364 |
| INSS a recolher | 27 | 37 |
| Subtotal | 577 | 497 |
| Parcelamento Lei 11.941/2009 | 122 | 170 |
| INSS | 65 | 65 |
| Subtotal | 187 | 235 |
| Total | 764 | 732 |

b) Circulante – Consolidado

| | 31/12/2012 | 31/12/2011 |
|--|----------------|---------------|
| ICMS a recolher | 1.739 | 1.271 |
| Impostos retidos sobre serviços | 647 | 5.583 |
| IRRF a recolher | 662 | 642 |
| IRPJ/CSLL a Recolher - Antecipação | 957 | - |
| FGTS a recolher | 177 | 41 |
| INSS a recolher | 17.113 | 5.919 |
| PIS e COFINS a recolher | 1 | 426 |
| Outras contribuições s/ folha de pagamento | 942 | 909 |
| Outras contribuições a recolher | 358 | 76 |
| Subtotal | 22.596 | 14.867 |
| Parcelamento Lei 11.941/2009 | 249.115 | 10.004 |
| ICMS - RS | 29 | 108 |
| ICMS - SP | 500 | 382 |
| ICMS - SC | 839 | 1.008 |
| FGTS | 666 | 138 |
| SESI/SENAI | 336 | 378 |
| IPTU | 42 | 11 |
| INSS | 469 | 404 |
| Subtotal | 251.996 | 12.433 |
| Total | 274.592 | 27.300 |

c) Não Circulante – Controladora

| | 31/12/2012 | 31/12/2011 |
|------------------------------|-------------------|-------------------|
| Parcelamento Lei 11.941/2009 | 448 | 72 |
| INSS | 171 | 239 |
| Total | 619 | 311 |

d) Não Circulante – Consolidado

| | 31/12/2012 | 31/12/2011 |
|------------------------------|-------------------|-------------------|
| Parcelamento Lei 11.941/2009 | 448 | 64.799 |
| ICMS - RS | 111 | 69 |
| ICMS - SP | 1.997 | 1.157 |
| ICMS - SC | 4.612 | 5.076 |
| PIS/COFINS | - | |
| FGTS | 7.994 | 1.018 |
| SESI/SENAI | 847 | 923 |
| INSS | 1.189 | 1.591 |
| Total | 17.198 | 74.633 |

NOTA 17 - IMPOSTOS DIFERIDOS - CONSOLIDADO

a) Circulante

| | 31/12/2012 | 31/12/2011 |
|---------------------------------|-------------------|-------------------|
| IRPJ diferido s/custo atribuído | 334 | 334 |
| CSLL diferido s/custo atribuído | 120 | 120 |
| Total | 454 | 454 |

b) Não Circulante

| | 31/12/2012 | 31/12/2011 |
|---------------------------------|-------------------|-------------------|
| IRPJ diferido s/custo atribuído | 15.051 | 11.455 |
| CSLL diferido s/custo atribuído | 5.418 | 4.124 |
| Total | 20.469 | 15.579 |

NOTA 18 - PARTES RELACIONADAS

a) Remuneração dos Administradores

A Companhia fixou, para o exercício de 2012, em até R\$ 125 mil reais mensais a remuneração global de seus administradores em AGO/E realizada em 30 de abril de 2012. A controlada indireta, Companhia Minuano de Alimentos fixou em até R\$ 125 mil reais a remuneração global mensal dos administradores para o exercício de 2012, conforme AGO realizada em 30 de abril de 2012. No quadro abaixo, segue a apresentação da remuneração da Administração, líquida de encargos (FGTS e INSS) aberto por Controladora e Consolidado.

| | Controladora | Consolidado |
|----------------------------------|--------------|-------------|
| Conselho de Administração | 1.089 | 1.089 |
| Conselho Fiscal | 77 | 77 |
| Diretoria Executiva | 86 | 634 |

As Controladas diretas (Valepar S/A e Sulaves S/A) não remuneraram seus administradores no ano de 2012.

b) Operações de mútuo - Consolidado

| Ativo Circulante | 31/12/2012 | 31/12/2011 |
|--------------------------------------|-------------------|-------------------|
| Ind. Alimentos Arroio do Meio S/A. | 14.751 | 8.513 |
| Le Monde Particip. e Adm. Ltda. | 3 | 3 |
| Acionistas e Outros | - | - |
| Subtotal | 14.754 | 8.516 |
| Ativo Não Circulante | | |
| Ind. Alimentos Arroio do Meio S/A. | - | 20.306 |
| Le Monde Particip e Adm. Ltda. | - | 5.579 |
| SSJ Participações e Represent. Ltda. | 243 | 4.466 |
| Acionistas e Outros | 11.074 | 10.207 |
| Subtotal | 11.317 | 40.558 |
| Total | 26.071 | 49.074 |

| Passivo Não Circulante | 31/12/2012 | 31/12/2011 |
|---------------------------------------|-------------------|-------------------|
| Ind. Alimentos Arroio do Meio S/A. | 13.775 | 16.681 |
| Le Monde Particip. e Adm, Ltda. | - | 5.367 |
| SSJ Participações e Represent. Ltda. | 1.695 | 1.695 |
| Acionistas e Outros | 7.145 | 16.000 |
| Serra do Roncador Participações Ltda. | 20.218 | - |
| Total | 42.833 | 39.743 |

Os créditos e obrigações entre partes relacionadas não possuem prazos estipulados para recebimento e liquidação e estão condicionados à maximização do fluxo de caixa das Companhias. Os juros praticados nas operações estão dentro das remunerações praticadas pelo mercado.

NOTA 19 - PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS - CONSOLIDADO

A Companhia, e suas controladas, são parte envolvida em processos tributários, cíveis, trabalhistas e de outras naturezas, cujas discussões estão em andamento tanto na esfera administrativa como na judicial. Quando aplicável, tais discussões são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para perdas prováveis decorrentes desses processos são constituídas pela Administração, considerando a opinião de seus assessores jurídicos. Em 31 de dezembro de 2012, se apresentavam as seguintes provisões para contingências e correspondentes depósitos judiciais:

| | Provisão para Contingência | | | | Depósitos Judiciais | | | |
|----------------------------|----------------------------|--------------|------------|--------------|---------------------|------------|------------|--------------|
| | Trabalhista | Cível | Tributária | Total | Trabalhista | Cível | Tributária | Total |
| Saldo em 31/12/2011 | 2.206 | 2.698 | 281 | 5.185 | 974 | 230 | 1 | 1.205 |
| +Adições | - | 3.041 | - | 3.041 | 416 | 80 | - | 496 |
| (-) Baixas | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Saldo em 31/12/2012 | 2.206 | 5.739 | 281 | 8.226 | 1.390 | 310 | 1 | 1.701 |

A Companhia e as suas controladas incluíram a maioria dos passivos tributários existentes em 2009 e 2010 nos parcelamentos advindos das Leis 11.941/2009 e MP 470/2009, convertida na Lei nº 12.249/2010. Com a adesão à MP 470/2009, a controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos reconheceu a inexistência do Crédito Prêmio IPI – Exportação posterior a 05 de outubro de 1990. Por ocasião do reconhecimento do referido crédito, no exercício de 2006, a controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos ofereceu a tributação pelo IRPJ e CSLL, sendo os tributos extintos por compensação, com o mesmo crédito.

Contingências possíveis

Na avaliação dos assessores jurídicos, os processos considerados como de perda possível na Companhia e em suas controladas totalizam R\$ 4.097 mil (R\$34.522 mil em 31/12/2011), distribuídos entre processos tributários, cíveis e trabalhistas.

NOTA 20 - CRÉDITO PRÊMIO DE IPI EXPORTAÇÃO

No ano de 2009, com a decisão do Superior Tribunal de Justiça (STJ) limitando em 05 de outubro de 1990, o direito ao Crédito de incentivo fiscal setorial instituído pelo art. 1º do Decreto Lei nº 491, de 05 de março de 1969, a controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos procedeu ajustes em seu Ativo pela redução do valor referente ao período posterior a 1990 que estava registrado desde o exercício de 2006. O saldo de R\$ 12.561 mil no Ativo Não Circulante decorre da decisão da a controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos em limitar o crédito à decisão do STJ tendo por base parecer dos consultores jurídicos, entende que o registro contábil do crédito ocorrido em 2006, ajustado ao que foi limitado pelo STJ, está amparado em decisão judicial definitiva, pois já

houve o transcurso do prazo para interposição de ação rescisória, bem como existem normativos legais vigentes à época que asseguram o direito da Companhia, o que foi confirmado pelos autos do processo julgado favorável à controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos. O recurso voluntário impetrado pela controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos em 29 de fevereiro de 2012 busca complementar o saldo ora registrado, não invalidando os registros já realizados.

Porém, considerando a necessidade de manter a segurança jurídica da Companhia e da controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos, os débitos cuja compensação foi realizada com a utilização deste crédito foram objeto de dois parcelamentos: O parcelamento especial instituído pela lei 12.249/2010 – MP 470, e, pela Lei 11.941/2009.

Durante o ano de 2011 a controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos, através de seus assessores jurídicos, efetuou diversos recursos administrativos e judiciais, tendo obtido em maio de 2011 o Despacho Decisório DRF/SCS nº 168, de 19/05/2011, que revogou o Despacho decisório DRF/SCS/SAORT nº 272, de 04/09/2009 e o Parecer/DRF/SCS/RS/SAORT nº 126, de 04/09/2009 que indeferiu preliminarmente o pleito do pedido de habilitação realizado no ano de 2006, deferido através do Despacho Decisório DRF/SCS/RS nº 03/2006 e do Parecer DRF/SCS/RS/SACAT nº 17/2006. Além disto, o Despacho da Receita Federal do Brasil exarado em 2011 determinou a adoção de providencias para apuração do benefício fiscal do Crédito Prêmio de IPI.

A partir deste momento a controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos retomou a discussão, no âmbito administrativo, quanto ao reconhecimento do referido crédito. Em resposta, a Receita Federal do Brasil se manifestou no sentido de reconhecer o direito ao Incentivo Fiscal (Crédito Premio), com a definição da alíquota de 15% (quinze por cento), não se manifestando quanto ao período para fruição do referido crédito. Com base no posicionamento da Receita Federal do Brasil, a Companhia ingressou com recurso voluntário junto ao Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF), em 29 de fevereiro de 2012.

A controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos, procedeu às devidas atualizações pela SELIC e compensações do exercício corrente, remanescendo, em 31 de dezembro de 2012, um saldo de R\$ 12.561mil (R\$ 11.978 mil em 31 de dezembro de 2011), registrados no Ativo Circulante e Não Circulante. A controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos, utilizou por meio de compensações junto à Receita Federal do Brasil os seguintes montantes:

| Período | Descrição | 31/12/2012 | 31/12/2011 |
|---------|-----------------------------------|---------------|---------------|
| 2000 | Compensação com Tributos Federais | 355 | 355 |
| 2001 | Compensação com Tributos Federais | 4.863 | 4.863 |
| 2002 | Compensação com Tributos Federais | 2.883 | 2.883 |
| 2004 | Compensação com Tributos Federais | 868 | 868 |
| 2005 | Compensação com Tributos Federais | 2.518 | 2.518 |
| 2006 | Compensação com Tributos Federais | 3.547 | 3.547 |
| 2007 | Compensação com Tributos Federais | 3.225 | 3.225 |
| 2007 | Compensação com INSS | - | - |
| 2008 | Compensação com Tributos Federais | 2.799 | 2.799 |
| 2009 | Compensação com Tributos Federais | 607 | 607 |
| 2009 | Compensação com INSS | 1.112 | 1.112 |
| 2010 | Compensação com Tributos Federais | 3.879 | 3.879 |
| 2010 | Compensação com INSS | 14.960 | 14.960 |
| 2011 | Compensação com INSS | 4.312 | 4.312 |
| 2011 | Compensação com Tributos Federais | 517 | 517 |
| | Total | 46.445 | 46.445 |

Diante das disposições contidas na Deliberação CVM nº 594/2010, item 35, a Companhia e a controlada consideram que através das compensações já efetuadas, está parcialmente obtendo os benefícios econômicos decorrentes do direito assegurado judicialmente.

NOTA 21 - PROGRAMAS DE PARCELAMENTOS FISCAIS - CONSOLIDADO

a) Medida Provisória nº470/2009

A controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos, formalizou em 30 de novembro de 2009, a adesão ao parcelamento de débitos fiscais previstos na Medida Provisória nº 470/2009, convertida na Lei nº 12.249/2010. Este programa permitiu a liquidação de multas, juros e montantes de “principal” dos tributos, com benefícios de até 100% nas multas e 90% nos juros e o restante com créditos tributários de IR e CSLL decorrentes de Prejuízo Fiscal e Base Negativa de CSLL, em montante aproximado de R\$ 61 milhões. Em 30 de outubro de 2012, a Receita Federal do Brasil indicou inconsistências nos saldos de prejuízos fiscais apresentados pela controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos. Tais alegações de inconsistências foram objeto de Ação Administrativa protocolada em 29 de novembro de 2012. Além disso, a controlada impetrou em 27 de fevereiro de 2013 Mandado de Segurança tombado sob o nº 5000806-42.2013.404.7114 para salvaguardar os efeitos da adesão ocorrida em 2009. No quadro a seguir a apresentação dos saldos decorrentes deste parcelamento.

| MP 470/2009 | 31/12/2012 |
|---|-------------------|
| Passivo tributário objeto da MP 470/2009 | 61.896 |
| (-) Reduções da MP 470/2009 | (24.213) |
| (-) Montante utilizado do Prejuízo Fiscal | (37.683) |
| Total | - |

b) Lei nº 11.941/2009

A Companhia e a controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos formalizaram em 21 de setembro de 2009, a adesão ao parcelamento de débitos fiscais previsto na Lei nº 11.941/2009, requerendo em caráter definitivo a exclusão de parcelamentos anteriores a esta Lei, sendo que os benefícios econômico-financeiros foram devidamente registrados à época da adesão. Durante o ano de 2010 novos valores foi objeto de requerimento ao mencionado parcelamento, tendo da mesma forma os benefícios financeiros reconhecidos no ano da adesão.

Em 30 de junho de 2011, a Companhia e a controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos efetuaram a consolidação do saldo passível de adesão ao referido parcelamento, independente de parte deste valor ter sido objeto de pedido de parcelamento dentro da modalidade prevista na MP 470/2009 (Convertida pela Lei 12.249/2010), sendo que desta consolidação restaram divergências em relação aos saldos registrados na contabilidade, conforme será apresentado em parágrafo específico na sequência.

No quadro abaixo, seguem os montantes de débitos fiscais consolidados à época:

| PARCELAMENTO LEI 11.941/09 | Saldos Consolidados |
|---|----------------------------|
| Passivo tributário objeto da Lei 11.941/09 | 194.463 |
| (-) Reduções da Lei 11.941/09 | (35.667) |
| (-) Montante utilizado do prejuízo fiscal | (44.877) |
| (=) Valor dos passivos tributários após reduções e utilização do prejuízo fiscal | 113.919 |

Incluso ao valor consolidado há valores de Imposto de Renda e de Contribuição Social apurados no ano de 2006, quando do reconhecimento do saldo de Crédito Prêmio de IPI que à época havia sido habilitado pela Receita Federal do Brasil em favor da controlada (vide nota 20). Os valores destes impostos estão sendo contestados pela controlada, uma vez que por ter havido o estorno do saldo de créditos apurados em períodos posteriores a outubro de 1990, pela interpretação da Companhia em conjunto com seus assessores jurídicos, tal tributo não poderia ser objeto de cobrança por parte da Receita Federal. Em dezembro de 2011, a controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos ingressou judicialmente solicitando a interrupção da prescrição deste débito, evitando assim a homologação por decurso de prazo deste valor. O valor dos Passivos Tributários consolidados no

Parcelamento Especial da Lei nº 11.941/2009 foram pagos desde o momento da consolidação realizada em junho de 2011, desconsiderando os impostos objeto de discussão por parte da controlada, conforme comentado anteriormente. Porém, tal procedimento não é objeto de reconhecimento por parte da Receita Federal do Brasil, e, em 16 de janeiro de 2013 noticiou a controlada que os débitos informados no Parcelamento Especial da Lei 11.941/2009 foram excluídos de tal modalidade de parcelamento. Tal exclusão está sendo objeto de análise por parte da controlada indireta Companhia Minuano que estará tomando as providências necessárias objetivando a reinclusão no referido parcelamento, bem como também efetivar a discussão na esfera judicial do saldo de Imposto de Renda e de Contribuição Social apurados no ano de 2006, quando do reconhecimento do saldo de Crédito Prêmio IPI conforme já comentado anteriormente.

O saldo dos débitos informados no Parcelamento Especial da Lei 11.941/2009 está sendo informado nas Demonstrações Contábeis seguindo o preceituado no CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, que orienta a necessidade de reconhecimento dos passivos no momento em que há uma obrigação presente (no caso os débitos), que seja resultante de um evento passado, os quais há uma expectativa de saída de recursos para o cumprimento da obrigação, e tal obrigação tenha condição de ser mensurada. Desta forma, considerando a consolidação efetuada pelo Fisco em 2012, o total dos débitos vinculados ao Parcelamento Especial da Lei 11.941/2009, foi devidamente recalculado e atualizado em R\$ 248.993 mil. Este saldo está reconhecido na rubrica “Impostos e Contribuições Sociais a Recolher” no Passivo Circulante, uma vez que a exclusão se deu por inadimplemento de pagamentos, já que a Receita Federal do Brasil não reconheceu os pagamentos parcialmente realizados pela controlada. Deste débito está deduzido o valor de R\$ 6.208 mil já pagos pela Companhia, uma vez que tais valores devem ser deduzidos do saldo de débitos devidos. Os débitos que foram consolidados no Parcelamento Especial da Lei 11.941/09, originalmente foram objeto de compensação com créditos decorrentes do Incentivo Fiscal (Crédito Prêmio de IPI), cujo detalhamento foi dado na Nota 20. Conforme os Assessores Legais da Companhia e da controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos, as probabilidades de êxito do recurso especial junto ao Conselho Administrativo de Recursos Fiscais são elevadas. Tal possibilidade de êxito fez com que a controlada efetuasse cálculos preliminares do valor de crédito decorrente do direito ao Incentivo Fiscal (Crédito Prêmio de IPI), à alíquota de 15% apurado sobre as exportações ocorridas do período de 1982 a outubro de 1990. O valor bruto apurado pela controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos, com base nos critérios da sentença transitada em julgado é de aproximadamente R\$ 205.174 mil. Considerando que o valor dos débitos objeto do Parcelamento Especial à época da compensação originalmente realizado é de R\$ 94.862 mil, após a decisão proferida pelo Conselho Administrativo de Recursos Fiscais - CARF, a controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos fará a composição dos saldos junto a Receita Federal do Brasil, o que poderá resultar, no final, em um saldo de créditos ainda a ser utilizados pela mesma.

NOTA 22 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

O Capital Social da Companhia, em 31 de dezembro de 2012, é de R\$ 120.108 mil representado por 710.010.000 (setecentos e dez milhões, e dez mil) ações ordinárias, sem valor nominal. Os atos societários que trouxeram os efeitos que culminaram na situação patrimonial apresentada em 31 de dezembro são os seguintes:

Reunião do Conselho de Administração - RCA

Data de Realização: 27 de agosto de 2012:

Aprovação do aumento de capital da Companhia, passando-o de R\$ 83.593 mil, para R\$ 120.108 mil, com a emissão de 202.860.000 (duzentos e dois milhões, oitocentos e sessenta mil ações), sem valor nominal, ao preço de subscrição de R\$ 0,18 por ação.

Reunião do Conselho de Administração - RCA

Data de Realização: 29 de novembro de 2012:

Homologação do aumento de capital da Companhia, aprovado em 28 de junho de 2011, nos montantes acima apresentados.

b) Ajuste de Avaliação Patrimonial

Em virtude da adoção integral das normas internacionais de contabilidade, adaptadas através dos CPC's aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), a Companhia passou a possuir registrado em seu Patrimônio Líquido, saldo decorrente de avaliação reflexa ocorrida no imobilizado a custo atribuído de sua controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos.

c) Reserva Legal

Quando aplicável, será constituída Reserva Legal à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, até o limite de 20% do capital social.

d) Dividendos

De acordo com o Estatuto da Companhia, os acionistas têm o direito a dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro líquido do exercício ajustado consoante o disposto no Artigo 202 da Lei nº 6.404/76. Neste ano de 2012, em virtude do prejuízo apurado, não serão distribuídos valores a título de dividendos.

e) Outros resultados abrangentes

Estes valores estão diretamente vinculados à variação percentual da participação da Companhia em suas controladas (diretas e indiretas), ocorrido no ano de 2012. A variação no percentual de participação gerou a correção nos valores de participação da Companhia nos saldos de patrimônio de suas controladas.

NOTA 23 - COBERTURA DE SEGUROS – CONSOLIDADO

A Companhia, e suas controladas, têm por política a contratação de seguros para cobertura dos bens sujeitos a riscos. A controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos entende que os valores segurados são considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, conforme demonstrado a seguir:

| Descrição | 31/12/2012 | 31/12/2011 |
|--|-------------------|-------------------|
| Incêndio, Raio e Explosão | 35.000 | 35.000 |
| Vendaval e Granizo | 6.000 | 6.000 |
| Desmoronamento, Danos Elétricos e Queda de Aeronaves | 9.580 | 9.580 |
| Lucros Cessantes | 7.000 | 7.000 |
| Estoques | 1.000 | 1.000 |

NOTA 24 - INSTRUMENTOS FINANCEIROS E DERIVATIVOS

A Administração desses instrumentos é efetuada por meio de controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança.

A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado. A Companhia e suas controladas não efetuam aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Todas as operações estão integralmente reconhecidas na contabilidade e estão contabilizadas pelo seu valor de mercado. A exposição aos riscos, no entender da Companhia, se limita a:

a) Risco de Crédito: É representado pela inadimplência nas suas contas a receber de clientes, que é bastante reduzido devido ao fato de a maioria dos recebíveis serem descontados através das linhas de descontos de títulos mantidas pela Companhia;

b) Risco de Preço: Decorre da possibilidade de oscilação de preços de mercado dos produtos fabricados e dos insumos usados no processo produtivo, e essas oscilações podem provocar alterações substanciais nas receitas e nos custos. A Companhia e suas controladas, para minimizarem estes riscos, acompanham permanentemente os mercados locais e estrangeiros, buscando antecipar-se ao movimento de preços;

c) Risco de Taxas de Câmbio: Decorre da possibilidade da Companhia e suas controladas virem a incorrer em perdas por conta das flutuações cambiais. Atualmente este risco é considerado mediano, pois aproximadamente 46% das vendas são decorrentes de vendas para o mercado externo. Mesmo havendo estes riscos, a Companhia, e suas controladas, não operam com a proteção (*hedge*) de suas operações que estejam atreladas a dólar, por compreender que se trata de risco administrável;

d) Risco de Taxas de Juros: Decorre da possibilidade da Companhia e suas controladas virem a incorrer em perdas pela oscilação destas taxas. Em relação a este risco, é mantido acompanhamento permanente do mercado. A Companhia e suas controladas não atuam no mercado de derivativos financeiros, bem como não possui instrumentos financeiros que não estejam reconhecidos em seu balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012.

NOTA 25- CUSTO E DESPESAS POR NATUREZA – CONSOLIDADO

| | 31/12/2012 | | |
|---|------------------------------------|----------------------------|---------------------------------|
| | Custo dos Produtos Vendidos | Despesas com Vendas | Despesas Administrativas |
| Matérias primas e Auxiliares de fabricação | 153.975 | - | - |
| Materiais de embalagem | 10.742 | - | - |
| Salários incorridos | 32.259 | 777 | 4.334 |
| Encargos sociais incorridos | 15.056 | 393 | 1.093 |
| Férias e 13º salário incorridos | 4.074 | 87 | 344 |
| Benefícios a empregados | 7.574 | 89 | 205 |
| Indenizações trabalhistas/Acordos judiciais | 899 | - | 112 |
| Equipamento de proteção individual | 937 | 8 | 2 |
| Serviços 3º/ Industrialização 3º | 27.737 | 1.651 | 4.955 |
| Manutenção Industrial/Predial/Elétrica | 4.161 | 38 | 44 |
| Energia elétrica | 8.738 | 28 | 87 |
| Materiais de limpeza | 600 | - | 40 |
| Telefonia e transmissão de dados | 202 | 117 | 136 |
| Combustíveis e lubrificantes | 2.186 | 87 | 62 |
| Comissões sobre vendas | - | 1.311 | - |
| Viagens e estadias | 158 | 159 | 439 |
| Taxas e encargos legais | 422 | 767 | 210 |
| Armazenagem e movimentação de mercadorias | 17 | 4.185 | - |
| Fretes rodoviários e marítimos | 4.938 | 20.048 | 8 |
| Custos aduaneiros de exportação | - | 2.696 | - |
| Publicidade e propaganda | 2 | 253 | 111 |
| Análises laboratoriais | 448 | 10 | - |
| Provisões para contingências/PCLD | - | 1.073 | - |
| Honorários sucumbenciais | - | - | 64 |
| Depreciações | 6.104 | 14 | 177 |
| Locações/Aluguéis | 1.267 | 14 | 21 |
| Abatimentos concedidos sobre vendas | - | 272 | - |
| Seguros | 294 | 4 | 208 |
| Outros gastos | 670 | 156 | 225 |
| Total | 283.460 | 34.237 | 12.877 |

| | 31/12/2011 | | |
|---|-----------------------------|---------------------|--------------------------|
| | Custo dos Produtos Vendidos | Despesas com Vendas | Despesas Administrativas |
| Matérias primas e auxiliares de fabricação | 68.678 | - | - |
| Materiais de embalagem | 9.177 | - | - |
| Salários incorridos | 35.701 | 674 | 3.471 |
| Encargos sociais incorridos | 13.506 | 239 | 1.054 |
| Férias e 13º salário incorridos | 613 | 8 | 42 |
| Benefícios a empregados | 7.343 | 71 | 194 |
| Indenizações trabalhistas/acordos judiciais | 295 | - | 598 |
| Equipamento de proteção individual | 1.017 | 4 | 3 |
| Consultorias e assessorias | 6.050 | 359 | 4.410 |
| Manutenção industrial/predial/elétrica | 4.538 | 37 | 407 |
| Energia elétrica | 9.353 | - | 60 |
| Materiais de limpeza | 874 | - | 10 |
| Telefonia e transmissão de dados | 173 | 91 | 119 |
| Combustíveis e lubrificantes | 301 | 123 | 68 |
| Comissões sobre vendas | - | 962 | - |
| Viagens e estadias | 139 | 50 | 407 |
| Taxas e encargos legais | 120 | 694 | 162 |
| Armazenagem e movimentação de mercadorias | 2 | 1.304 | - |
| Frete rodoviários e marítimos | 3.462 | 8.698 | - |
| Custos aduaneiros de exportação | - | 1.032 | - |
| Publicidade e propaganda | 4 | 113 | 122 |
| Análises laboratoriais | 437 | 1 | - |
| Provisões para contingências/PCLD | 737 | 405 | 1 |
| Honorários sucumbenciais | - | - | 121 |
| Depreciações | 5.047 | 11 | 140 |
| Locações/aluguéis | 472 | - | - |
| Abatimentos concedidos sobre vendas | - | 570 | - |
| Seguros | 245 | 4 | 119 |
| Outros gastos | 583 | 43 | 277 |
| Total das despesas por natureza | 168.867 | 15.493 | 11.785 |

NOTA 26- OUTRAS RECEITAS / OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS – CONSOLIDADO

| | 31/12/2012 | 31/12/2011 |
|--|------------------|----------------|
| Encargos incorridos em passivos fiscais | (3.014) | (962) |
| Despesas gerais incorridas | (1.646) | (997) |
| Custo de imobilizado vendido/baixado | - | (164) |
| Provisão para Contingências | - | (2.257) |
| Reversão de Créditos Tributários | (2.861) | (3.323) |
| Encargos Parcelamento FGTS | (4.312) | - |
| Provisão sobre vendas descontinuadas | (9.436) | - |
| Débitos decorrentes de parcelamentos fiscais | (178.720) | - |
| Outras Despesas Operacionais | (199.989) | (7.703) |
| | | |
| Créditos tributários | 512 | 2.736 |
| Receitas gerais auferidas | 3.343 | 349 |
| Receita de venda de imobilizado | 13 | 64 |
| Redução de Passivos Fiscais | 1 | 12.097 |
| Outras Receitas Operacionais | 3.869 | 15.246 |
| Resultado, líquido | (196.120) | 7.543 |

NOTA 27 - RESULTADO FINANCEIRO – CONSOLIDADO

| | 31/12/2012 | 31/12/2011 |
|--|-----------------|-----------------|
| Variações cambiais ativas | 11.969 | 5.787 |
| Ganho em renegociações de empréstimos | - | 17 |
| Descontos financeiros obtidos | 301 | 633 |
| Juros ativos sobre impostos | 667 | 720 |
| Juros ativos sobre operações com partes | 798 | - |
| Outras receitas financeiras | 19 | 145 |
| Receitas financeiras | 13.754 | 7.302 |
| | | |
| Juros sobre empréstimos e financiamentos | (3.257) | (5.654) |
| Juros sobre compra a prazo de fornecedores | (3.066) | (1.409) |
| Variações cambiais passivas | (12.363) | (4.031) |
| Variações monetárias passivas de parcelamentos fiscais | (981) | (1) |
| Descontos financeiros concedidos | (839) | (14) |
| Deságios na transferência de créditos tributários | (18) | (67) |
| Juros incidentes sobre operações com partes relacionadas | (2.846) | (1.490) |
| Despesas decorrentes de parcelamentos fiscais | (586) | (1.468) |
| Despesas decorrentes de operações financeiras | (3.538) | (1.715) |
| Outras despesas financeiras | (658) | (237) |
| Perda no recebimento de créditos financeiros | (5.841) | - |
| Despesas Financeiras | (33.993) | (16.086) |
| Resultado financeiro, líquido | (20.239) | (8.784) |

NOTA 28- INFORMAÇÕES POR SEGMENTO – CONSOLIDADO

A Companhia, através de suas controladas, atua em três segmentos distintos, a saber:

- a)** Serviços de industrialização: Neste segmento estão apresentados os resultados obtidos com a prestação de serviços de industrialização a terceiros através das unidades de abate e desossa de aves, produção de rações, criação de matrizes e incubatório de ovos mantidos pela controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos.
- b)** Embutidos e Industrializados: Estão apresentados neste segmento, os resultados auferidos na industrialização e comercialização de embutidos (patês, fiambres, preparados de carnes) e ovos;
- c)** Frigorífico: Neste segmento são apresentados os resultados decorrentes da comercialização dos produtos (frangos inteiros e cortes) resultantes do abate e desossa de aves através de integração própria da controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos;

No quadro abaixo, são apresentados os resultados por segmento de atuação da Companhia e de sua controlada:

| | Serviços de Industrialização | | Embutidos e Industrializados | | Frigorífico - Abate e Industrialização Aves | | Corporativo (Centro Administrativo) | | Total | |
|--|------------------------------|---------------|------------------------------|---------------|---|-----------------|--|-----------------|------------------|-----------------|
| | 31/12/2012 | 31/12/2011 | 31/12/2012 | 31/12/2011 | 31/12/2012 | 31/12/2011 | 31/12/2012 | 31/12/2011 | 31/12/2012 | 31/12/2011 |
| RECEITA BRUTA DE VENDAS E SERVIÇOS | 80.842 | 71.658 | 57.761 | 60.877 | 194.144 | 62.905 | - | - | 332.747 | 195.440 |
| Impostos e devoluções | (6.982) | (6.308) | (8.465) | (7.198) | (16.669) | (82) | - | - | (32.116) | (13.588) |
| RECEITA LÍQUIDA | 73.860 | 65.350 | 49.296 | 53.679 | 177.475 | 62.823 | - | - | 300.631 | 181.852 |
| (-) Custo dos produtos e serviços vendidos | (67.330) | (60.419) | (44.596) | (41.403) | (171.534) | (67.045) | - | - | (283.460) | (168.867) |
| LUCRO BRUTO | 6.530 | 4.931 | 4.700 | 12.276 | 5.941 | (4.222) | - | - | 17.171 | 12.985 |
| DESPESAS/RECEITAS OPERACIONAIS | | | | | | | | | | |
| Despesas com vendas | - | - | (8.336) | (6.967) | (25.901) | (8.526) | - | - | (34.237) | (15.493) |
| Despesas administrativas | - | - | - | - | - | - | (12.877) | (11.785) | (12.877) | (11.785) |
| Outras receitas | - | - | - | - | - | - | 3.869 | 15.246 | 3.869 | 15.246 |
| Outras despesas | - | - | - | - | - | - | (199.989) | (7.703) | (199.989) | (7.703) |
| RESULTADO OPERACIONAL ANTES DOS EFEITOS FINANCEIROS | 6.530 | 4.931 | (3.635) | 5.309 | (19.960) | (12.748) | (208.997) | (4.242) | (226.063) | (6.750) |
| Despesas financeiras | - | - | - | - | - | - | (33.993) | (16.086) | (33.993) | (16.086) |
| Receitas financeiras | - | - | - | - | - | - | 13.754 | 7.302 | 13.754 | 7.302 |
| RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS | 6.530 | 4.931 | (3.635) | 5.309 | (19.960) | (12.748) | (229.236) | (13.026) | (246.302) | (15.534) |
| Provisão para IRPJ e CSSL – Corrente | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Provisão para IRPJ e CSSL – Diferido | - | - | - | - | - | - | 15.092 | 2.984 | 15.092 | 2.984 |
| RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO | 6.530 | 4.931 | (3.635) | 5.309 | (19.960) | (12.748) | (214.144) | (10.042) | (231.210) | (12.550) |
| Atribuído a Acionistas Controladores | | | | | | | | | (230.991) | (12.534) |
| Atribuído a Acionistas não Controladores | | | | | | | | | (219) | (16) |

NOTA 29 - RESULTADOS POR AÇÃO - CONSOLIDADO

Em atendimento ao CPC 31 (IAS 33) aprovado pela Deliberação CVM nº 636 – Resultado por ação, a Companhia apresenta a seguir as informações sobre o resultado por ação para o exercício findado em 31 de dezembro de 2012.

a) Movimentação do número de ações:

| | |
|--|--------------------|
| Quantidade de Ações em 31/12/2011 | 507.150.000 |
| + Subscrições ocorridas em 2012 | 202.860.000 |
| Quantidade de Ações em 31/12/2012 | 710.010.000 |

Em 29 de novembro de 2012, a Companhia, através de Reunião do Conselho de Administração homologou o aumento de seu capital social, deliberado pelo Conselho em 27 de agosto de 2012 passando-o de R\$ 83.593 mil, para R\$ 120.108 mil, com a emissão e subscrição de 202.860.000 ações sem valor nominal, ao preço de subscrição de R\$ 0,18 p/ação.

b) Resultado por ação

A integralidade das ações da Companhia é composta por ações ordinárias, não existindo diferenciação na participação das mesmas no resultado. Da mesma forma, a Companhia não possui quaisquer outros títulos que potencialmente possam ser convertidos em ações tais como debêntures, partes beneficiárias de lucros entre outros, tampouco possui ações em tesouraria, desta forma apresenta o mesmo valor do prejuízo básico e diluído por ação.

| | |
|--|--------------------|
| Quantidade de Ações em 31/12/2012 | 710.010.000 |
| Resultado do exercício em R\$ mil | (230.991) |
| Resultado por ação básico e diluído | (0,32533) |

NOTA 30 - RECONCILIAÇÃO DA APURAÇÃO DO IRPJ E DA CSLL DIFERIDOS

Abaixo, segue quadro que apresenta a reconciliação do IRPJ e da CSLL que a controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos mantém os créditos fiscais decorrentes destas bases devidamente registrados como seus ativos.

| | 31/12/2012 | 31/12/2011 |
|---|------------------|-----------------|
| Resultado antes do IR/CSLL | (243.065) | (12.840) |
| <u>+ Adições</u> | | |
| Adições temporárias diversas | 438.603 | 77.337 |
| <u>(-) Exclusões</u> | | |
| Reversão de adições temporárias | (236.875) | (71.211) |
| | | |
| Prejuízo Fiscal/Base Negativa de Contribuição Social | (41.345) | (6.714) |
| | | |
| Saldo de IR/CSLL Diferido decorrente de Prej. Fiscal e Base Negativa | | |
| | 14.058 | 2.283 |
| | | |
| + Constituição de IR/CSLL Diferido sobre Contingências | 1.034 | 701 |
| Saldo de IR/CSLL Diferido registrado no resultado | 15.092 | 2.984 |

NOTA 31 - FATO RELEVANTE

Em 09 de agosto, a Companhia informou através de fato relevante ao mercado que rescindiu o Memorando de entendimentos firmado com a AGOSTINHO CARRER PARTICIPAÇÕES LTDA. e sua controlada FRIGORÍFICO NOVA ARAÇÁ LTDA., visando o estabelecimento de condições iniciais para uma possível integração operacional e societária das Companhias.